



No rastro da Rastreabilidade

Coisa do passado!

Identificação e rastreabilidade não são novidades na história da humanidade. Um dos primeiros registros data de 1275. No livro História Anglicana, Thomas de Walsingham relata a trajetória de um francês que adquiriu uma ovelha espanhola doente: “a ovelha estava sarnenta e espalhou a praga para todo o país. A praga durou vinte oito anos até que acabou, e foi a primeira praga que foi registrada na Inglaterra”. Este seria o primeiro documento que permite rastrear um caso de doença animal na Europa.

Séculos depois, outra doença atingiu a Europa ocidental, a rinderpest. Mais uma vez, a identificação do animal responsável pela introdução da doença, desta vez na Itália, foi possível. Um boi de origem húngara, parte de um rebanho infectado, transmitiu a peste a todos os animais de uma fazenda em Pampagnini. Dessa fazenda, a doença se espalhou por todo o território de Veneza, e para outros países da Europa Ocidental, onde 200 milhões de bovinos morreram antes do final do século 18.

Os dois exemplos demonstram a preocupação da sociedade com questões relacionadas à sanidade animal. Os serviços de saúde realizavam levantamentos epidemiológicos que, embora não utilizassem as tecnologias disponíveis atualmente, eram eficientes em determinar a causa e origem das doenças. Fazendeiros e criadores já estavam preocupados em identificar seus animais em caso de roubo ou perda, para fazer escolhas econômicas baseadas na produção ou atividade, ou simplesmente para aumentar o valor dos animais.

Naquela época, o processo de identificação era baseado em uma marca removível colocada no animal (coleira ou sino), uma marca colocada no corpo do animal (marca a fogo) ou ainda em um documento descritivo, atestado ou certificado que se referia a uma marca ou sinal que distinguia o animal. Tal documento era mantido pelo responsável pelo animal, e em alguns casos era registrado por uma autoridade nacional.

A quantidade crescente de doenças que atingiram o continente europeu no século 18 levou aos primeiros casos de certificados de origem. Em 20 de outubro de 1716, Friedrich Wilhelm I, rei da Prússia, lançou um decreto com medidas para combater a disseminação do vírus da rinderpest.

Curiosidades da história

- Os primeiros documentos de identificação animal datam da Idade Antiga (3500 antes de Cristo).
- Bucephalus, o cavalo de Alexandre o Grande (356 – 323 ac) teria recebido este nome em função da imagem de um boi marcada a fogo no seu peito e na sua garupa. Os nomes dos cavalos da

cavalaria Ateniese eram gravado em pequenas tábuas que acompanhavam os animais e continham informações sobre a cor, preço e nome do proprietário do animal.

- No Império Romano, os cavalos utilizados nas corridas de bigas tinham a sua linhagem e o nome de seus proprietários marcados a fogo.
- No século 7º os chineses marcavam seus cavalos, principalmente os utilizados no serviço postal. Havia um registro oficial para estes animais. Os cavalos utilizados pela ordem Teotônica (Prússia) também eram identificados no século 14 e 15.
- No século 17, na Pérsia, os cavalos do estábulo real eram marcados com a imagem de uma tulipa. Alguns animais eram confiados a seus cavaleiros, que se responsabilizavam por eles até a morte. Quando o cavalo morria o cavaleiro tinha que cortar a marca e entregar ao cavaleiro do rei que dava baixa nos registros.

Certificados de origem tornaram-se compulsórios em vários países, assim como a identificação de animais importados ou movimentados dentro do reino. Essa identificação era acompanhada por documentos datados, especificando origem do animal e nome do proprietário. Animais doentes eram marcados com a letra M, suspeitos com a letra S e os sãos com a letra G. As marcas deveriam ser feitas na pele e não mais no chifre, para evitar que os chifres fossem raspados e as marcas removidas e adulteradas.

Caso fosse comprado por um açougueiro, este deveria marcar suas iniciais no chifre esquerdo. Havia regras também para o abate. O animal só poderia ser abatido três dias após a compra para se avaliar se não havia doenças incubadas. As punições para quem violasse essas normas variavam de marcas a ferro quente à execuções, dependendo da seriedade do não cumprimento das normas.

Boletim Informativo nº 1048

FAEP - Federação da Agricultura do Estado do Paraná